



## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS**

**Partes:**

**FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF; e**

***(ESCRITÓRIO)***

**Modalidade:**

**( ) Contencioso**

**( ) Estratégico/Consultivo**



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS JURÍDICOS, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM, A FUNDAÇÃO DOS  
ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF  
E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular, a **FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF**, pessoa jurídica de direito privado sob a forma de entidade fechada de previdência complementar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.436.923/0001-90, com sede e foro em Brasília/DF, no SCN, Quadra 02, Bloco “A”, Edifício Corporate Financial Center, 12º e 13º andares, neste ato representada, na forma de seu Estatuto, por dois dos seus diretores ou por procuradores devidamente constituídos, residentes e domiciliados em Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo sócios (as) administradores na forma de seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conjunto com a **CONTRATANTE**, “Partes”, têm entre si ajustada a presente prestação de serviços jurídicos, mediante os seguintes termos, cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1 Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços profissionais de natureza jurídica pela **CONTRATADA**, conforme demanda da **CONTRATANTE**, nas seguintes modalidades (“Modalidades”):
- (i) Contencioso: atuar na defesa dos direitos e interesses da FUNCEF em processos judiciais e/ou administrativos de qualquer natureza, que tramitem em qualquer instância ou tribunal, nos quais a Fundação venha integrar o polo ativo ou passivo das demandas.; e/ou
  - (ii) Estratégico/Consultivo: atuar para atender as demandas da **CONTRATANTE** oriundas dos órgãos de controle e fiscalização tais como Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Controladoria Geral da União (CGU); Tribunal de Contas da União (TCU); Ministério Público do Trabalho (MPT);



Ministério Público Federal (MPF); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Ministério Público, Estadual, Federal e do Trabalho, Caixa Econômica Federal (CAIXA) e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); Receita Federal, dentre outros, seja por meio de defesa de processos administrativos ou judiciais estratégicos, na assessoria jurídica na elaboração de minutas de respostas a pedidos de informações formulados pelos referidos órgãos e instituições; bem como serviços de consultoria jurídica em geral, em especial, nas áreas de investimentos mobiliários e imobiliários.

1.1.1 Os serviços relativos ao Estratégico/Consultivo compreenderão, dentre outros, a:

- a) elaboração de estudos jurídicos, pareceres e recomendações jurídicas sobre investimentos mobiliários e imobiliários, aquisições ou alienações de participações detidas ou que venham a ser detidas pela **CONTRATANTE**, em quaisquer sociedades, consórcios, fundos de investimentos e quaisquer outros investimentos regulamentados no país;
- b) elaboração ou revisão de atos societários, contratos ou outros atos jurídicos necessários à defesa dos interesses da **CONTRATANTE**, que poderão incluir, dentre outros, contratos de compra e venda de quaisquer ativos, acordos de acionistas, editais, avisos, comunicados de fatos relevantes e demais instrumentos pertinentes;
- c) participação em reuniões com os demais acionistas ou quotistas, diretos e indiretos (inclusive representação da **CONTRATANTE** em assembleias gerais de companhias investidas), bem como os respectivos administradores ou gestores, das sociedades, dos empreendimentos e/ou dos fundos de investimentos;
- d) elaboração de contratos referentes à compra e venda de imóveis; locações; à prestação de serviços de construção, de administração hoteleira, de administração de shoppings; consórcios; convenções de condomínio; regimentos internos e demais documentos jurídicos atinentes ao ramo do direito imobiliário;
- e) assessoramento em todas as demais questões jurídicas relacionadas aos assuntos precedentes e que venham a ser solicitadas pela **CONTRATANTE** em especial o assessoramento perante a PREVIC, para a obtenção de autorizações



prévias do órgão de fiscalização para a efetivação dos investimentos, quando necessárias;

- f) condução e/ou assessoramento de processos internos de apuração de responsabilidade de acordo com os normativos internos da **CONTRATANTE**;
- g) apresentação de manifestações, peças de defesa e o acompanhamento em fiscalizações ou procedimentos sancionatórios instaurados pelos órgãos de fiscalização e controle, incluindo a apresentação de recursos, memoriais e sustentação oral que se façam necessários perante os órgãos recursais;
- h) realização de diligências criminais e/ou de recuperação de ativos em todos os estados da Federação;
- i) defesas em processos judiciais, em todas as instâncias e tribunais, ou procedimentos arbitrais ou de mediação perante as Câmaras eleitas, em matérias relacionadas aos assuntos precedentes, na forma como requerido pela **CONTRATANTE**;
- j) assessoria jurídica na elaboração de minutas de respostas a pedidos de informações formulados pelos Órgãos e Instituições citadas no item acima;
- k) assessoria jurídica na elaboração de minutas de acordos, convênios, contratos, certidões, atestados e ofícios;
- l) elaboração de pareceres; e
- m) patrocínio dos interesses da **CONTRATANTE**, em Processos/Procedimentos Administrativos em trâmite perante os órgãos mencionados no tópico (ii) do item 1.1, incluindo, mas não se limitando a:
  - I. Processo de Prestação de Contas;
  - II. Processo de Tomada e Prestação de Contas Especial;
  - III. Processo de Auditoria Especial;
  - IV. Processo de Denúncias;



V. Procedimentos oriundos de Auto de Infração; e

VI. Qualquer outra medida estratégica que envolva os interesses da Fundação.

1.1.2 A presente prestação de serviços englobará ambas ou apenas uma das Modalidades previstas acima, consoante a competência técnica da **CONTRATADA** e opção(ões) contida(s) no “Requerimento de Pré-Qualificação” parte integrante deste Contrato e na capa deste instrumento, aplicando-se, portanto, a cada modalidade as cláusulas que lhes são cabíveis e relacionadas aos serviços efetivamente prestados pela **CONTRATADA**.

1.1.3 Conforme a complexidade do assunto, ou de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** apresentará suas manifestações através de e-mails, relatórios, pareceres ou opiniões legais.

1.1.3.1 O objeto contempla, ainda, as seguintes atividades:

- a) orientação da **CONTRATANTE** no atendimento de demandas oriundas de agentes de fiscalização e órgãos de controle;
- b) participação em reuniões promovidas pela **CONTRATANTE** para tratar dos processos sob cuidados da **CONTRATADA**; e
- c) respostas, quando demandado, para auditorias interna, independente e externa da **CONTRATANTE**.

1.1.4 A qualquer tempo as Partes poderão, em comum acordo, ajustar, observada a competência técnica da **CONTRATADA**, a prestação de serviço de consultoria por parte da **CONTRATADA** relativa a qualquer outra matéria de direito não especificada no subitem 1.1.1 acima.

1.2 Na hipótese prevista no item 1.1.4 acima, deverão ser observadas todas as disposições previstas no presente Contrato.

1.3 É parte integrante e indissociável deste Contrato as Regras para o Credenciamento de Escritórios de Advocacia, tendo em vista que o referido instrumento contempla regras e condições que também deverão ser observadas durante a presente prestação de serviços. Em caso de conflito entre disposições contidas neste instrumento e no referido Anexo III, prevalecerão as condições previstas neste Contrato.



1.3.1 As Partes estabelecem que serão partes integrantes e indissociáveis do Contrato, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Glossário;
- Anexo II - Disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- Anexo III - Regras para o Credenciamento de Escritórios de Advocacia; e
- Anexo IV - Requerimento de Pré-Qualificação.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- 2.1.1 fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da **CONTRATADA**, encaminhando os documentos e as informações institucionais, cadastrais, administrativas e fáticas necessárias à adequada instrução do processo correspondente;
- 2.1.2 realizar o pagamento ou reembolsar, após a prestação de contas da **CONTRATADA**, nos termos definidos neste Contrato, as Despesas Processuais e Administrativas;
- 2.1.3 disponibilizar o acesso da **CONTRATADA** aos Softwares, com a finalidade de propiciar a eficiência na gestão dos processos judiciais/administrativos, mediante a possibilidade de acesso, a qualquer tempo, a todas as informações atualizadas de cada demanda;
- 2.1.4 promover treinamentos *on-line*, se necessário, salvo se a **CONTRATADA** possuir base em Brasília/DF, pois poderão ser realizados presencialmente nas dependências da **CONTRATANTE** sem qualquer tipo de reembolso de custo para a **CONTRATADA** e/ou fornecer o manual dos Softwares aos usuários indicados pela **CONTRATADA**, permitindo-lhes:
- a) visualizar todos os processos sob o seu patrocínio;
  - b) promover todos os registros administrativos e processuais nos Softwares;



- c) anexar todas as peças processuais e documentos administrativos; e
  - d) registrar diariamente todas as atualizações processuais, inserindo as informações pertinentes nos campos próprios.
- 2.1.4.1 a rotina de atualizar os dados de cada processo e alimentar todos os campos dos Softwares não afasta a obrigação de a **CONTRATADA** de comunicar ao Advogado Interno, os prazos judiciais e administrativos que necessitem de diligências internas pela **CONTRATANTE** - tais como cálculos, perícias, alinhamento de estratégias processuais, audiências, defesas, e teses jurídicas para avaliação prévia dentre outros.
- 2.1.5 disponibilizar à **CONTRATADA**, após celebrado o contrato, o Guia de Procedimentos para Escritórios Terceirizados - GPET com a finalidade de propiciar a padronização da comunicação e informações que serão prestadas pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, relacionadas diretamente com o objeto do presente Contrato, preservando, com isso, a clareza dos dados/fatos compartilhados entre as Partes e a segurança no cumprimento dos prazos judiciais;
- 2.1.6 disponibilizar empregados de sua equipe técnica - tanto na esfera jurídica quanto administrativa - para autorizar, acompanhar, fiscalizar e aprovar a execução dos serviços da **CONTRATADA** -, o que não eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades constantes neste Contrato e nas leis aplicáveis, em especial quanto ao correto acompanhamento processual das lides judiciais e administrativas, bem como das responsabilidades trabalhistas em relação aos seus profissionais;
- 2.1.7 notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução dos serviços ora contratados;
- 2.1.8 pagar as faturas apresentadas pela **CONTRATADA**, conforme estabelecido neste instrumento, desde que atendidas previamente as exigências contratuais.
- 2.2 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, conforme aplicável à Modalidade da prestação de serviços:



- 2.2.1 Assistir à **CONTRATANTE** nos processos judiciais e administrativos que estiverem sob o seu patrocínio, nos limites dos poderes outorgados no instrumento de mandato e conforme a distribuição efetuada com base na demanda da **CONTRATANTE**, patrocinando integralmente as causas até a decisão de última instância no âmbito do Estado da Federação que for de sua responsabilidade e/ou decisão final proferida pelos Tribunais Superiores, mediante prévio ajuste com a **CONTRATANTE**.
- 2.2.2 realizar as atividades previstas no Contrato:
- a) por meio de profissionais habilitados e tecnicamente qualificados, integrantes do seu quadro funcional, com situação trabalhista, previdenciária e sindical regular;
  - b) por meio de advogados com experiência e amplo domínio técnico relacionado ao objeto da consulta e/ou para a defesa judicial/administrativa de todos os interesses da **CONTRATANTE**, em especial no que diz respeito ao conhecimento da legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, à estrutura e organização da **CONTRATANTE**, seu Estatuto e os Regulamentos dos Planos de Benefícios que esta administra;
  - c) assumindo total e exclusiva responsabilidade pela inobservância da legislação aplicável e jurisprudência correlata; por eventuais deficiências, erros, alimentação e preenchimento equivocados do Sistema de Gestão Jurídica, perdas de prazos administrativos e processuais; e por pareceres emitidos; e
  - d) em estrita observância dos padrões e normas definidas pela **CONTRATANTE** no GPET, observando as orientações de compartilhamento de dados e informações na comunicação com a **CONTRATANTE**, comprometendo-se a atendê-los nos exatos termos; e respeitando, igualmente, aos preceitos legais, éticos e profissionais relacionados ao trabalho a ser desenvolvido, nos termos do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;
- 2.2.3 atender as orientações emanadas da Gerência e Coordenações Jurídicas da **CONTRATANTE** na vigência do Contrato e prestar os esclarecimentos solicitados, corrigindo eventual irregularidade e/ou adequando procedimentos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da solicitação, sem que isso gere qualquer custo para a **CONTRATANTE**;





- 2.2.4 acompanhar mediante solicitação da **CONTRATANTE**, eventuais ações em que a **CONTRATANTE**, embora não seja parte, esteja obrigada ao cumprimento de ordem judicial e/ou decisão arbitral e/ou por questões estratégicas;
- 2.2.5 manter controle rigoroso sobre os prazos e termos judiciais, administrativos ou de natureza arbitral, inclusive em controle próprio de processos, praticando tempestivamente todos os atos processuais e administrativos necessários à defesa dos interesses da **CONTRATANTE**, elaborando as peças (petições, recursos, dentre outros) e/ou praticando os atos adequados ao andamento dos feitos;
- 2.2.6 no patrocínio dos processos designados pela **CONTRATANTE**, independente do momento em que assumir o patrocínio da demanda (judicial, administrativa, arbitral ou consultiva), verificar todos os aspectos processuais e de mérito que sejam indispensáveis à defesa e proteção dos direitos e interesses da **CONTRATANTE**, dentre os quais:
- a) averiguar se é ou não o caso de suscitar preliminares e prejudiciais processuais;
  - b) denunciar a Patrocinadora dos Planos de Benefícios à lide, quando for o caso; e
  - c) contestar todos os pedidos inseridos na petição inicial, reclamação trabalhista, notificação ou outro documento que dê origem ao litígio processual ou administrativo, bem como as provas produzidas pela parte adversa - impugnando, quanto ao mérito da demanda, todos os pontos nocivos que, no decorrer do processo possam também causar prejuízos aos planos administrados pela **CONTRATANTE**, direta ou indiretamente;
- 2.2.7 considerar os documentos e subsídios encaminhados pela **CONTRATANTE**, solicitando, de imediato, eventuais esclarecimentos e/ou documentos adicionais e necessários à elaboração da peça processual e submetê-la à prévia análise da Gerência Jurídica da **CONTRATANTE**, sempre que solicitado ou para os casos previamente estabelecidos;
- 2.2.7.1 o não recebimento, pela **CONTRATADA**, de subsídios e documentos por motivos de falhas técnicas ou operacionais até o prazo fatal - e tendo sido comunicada esta situação por e-mail e contato telefônico à **CONTRATANTE** -, não justificará eventual perda de prazo, sendo que, nesta hipótese excepcional, a **CONTRATADA** deverá diligenciar



quanto aos aspectos fáticos de conhecimento e à matéria de direito inerente ao caso, visando resguardar a **CONTRATANTE** dos efeitos da revelia ou preclusão;

- 2.2.7.2 a **CONTRATADA** não poderá desistir de qualquer recurso ou firmar acordo sem prévia aprovação da **CONTRATANTE**, bem como interpor recurso sem fundamento legal, sob pena de ser responsabilizado pelo pagamento de multas pela interposição de recursos meramente protelatórios;
- 2.2.7.3 os casos de dispensa de recurso por ausência de fundamentação legal também deverão ser tratados previamente junto à **CONTRATANTE**;
- 2.2.8 submeter à avaliação/fiscalização, pela **CONTRATANTE**, e conforme solicitação desta, as peças de defesa e recursos produzidos pela **CONTRATADA**;
- 2.2.9 comparecer às audiências judiciais/arbitrais e sessões de julgamento de recursos, quando indicado pela **CONTRATANTE** por meio de advogados devidamente habilitados, para a realização de defesa oral e aos prepostos da **CONTRATANTE** - anexando, ato contínuo à audiência, a respectiva ata no Sistema de Gestão Jurídica da **CONTRATANTE**;
- 2.2.9.1 disponibilizar preposto para representar a **CONTRATANTE** em audiências judiciais, administrativas ou arbitrais, desde que não seja possível o advogado atuar nessa condição e para as quais seja dispensável o comparecimento de preposto que possua vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;
- 2.2.10 atuar, quando necessário e em conjunto, com eventuais advogados correspondentes subcontratados para diligências em comarcas de difícil acesso, sendo que, nesses casos, a condução dos processos permanecerá sob total responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive no que tange à elaboração de todas as peças processuais, controle de prazos e demais atribuições delegadas por meio do Contrato - sendo vedada a contratação de escritórios que tenham conflito de interesse no resultado do processo ou em matérias relacionadas à **CONTRATANTE** ou com reflexos a outros Fundos de Pensão;
- 2.2.11 manter o Sistema de Gestão Jurídica da **CONTRATANTE** sempre atualizado com relatórios mensais sobre os processos estratégicos e administrativos ou em período menor, conforme demanda da **CONTRATANTE** e para outros processos ou demandas



específicas, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE** e sem custo para qualquer dos casos acima. Os relatórios devem conter todos os andamentos dos feitos sob sua responsabilidade, desde o ajuizamento da demanda até a data do envio do relatório, independentemente da ocorrência de movimentação processual, nos moldes e na formatação estabelecidos pela **CONTRATANTE**, atentando-se, especialmente, às demandas consideradas complexas, cujas informações pormenorizadas deverão ser levadas ao conhecimento da Diretoria da **CONTRATANTE**, por intermédio de sua Gerência Jurídica;

- 2.2.12 posicionar-se, juridicamente, acerca da possibilidade ou não de formulação de acordo nos autos de processo em que restarem exauridas as possibilidades de reverter decisão desfavorável à **CONTRATANTE**, submetendo à avaliação desta o relatório detalhado contendo a matéria discutida; as defesas apresentadas; as decisões proferidas; e eventuais riscos financeiros e impacto sobre outras demandas, de acordo com a jurisprudência dominante sobre o tema;
- 2.2.13 informar e conferir os controles de pautas das Audiências semanalmente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, juntamente com o Advogado Interno, relatando a necessidade de comparecimento de preposto, bem como o eventual cancelamento ou remarcação de audiências;
- 2.2.14 monitorar todas as decisões judiciais/arbitrais e o respectivo trânsito em julgado destas, registrando no Sistema de Gestão Jurídica e comunicando previamente ao Advogado Interno da **CONTRATANTE**, mediante o fornecimento das informações necessárias para que se possa providenciar no âmbito da **CONTRATANTE**, a disponibilização de valores para o cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias, evitando a aplicação da multa prevista no art. 523 § 1º do Código de Processo Civil, dentre outras penalidades previstas nas leis de regência;
- 2.2.15 comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as ordens judiciais e decisões arbitrais que forem dirigidas para cumprimento desta, bem como quaisquer alterações atinentes às ordens judiciais já recepcionadas e implementadas pela **CONTRATANTE**, providenciando, paralelamente, a competente defesa;



- 2.2.16 enviar, previamente, em caso de necessidade de manifestação técnica ou elaboração de cálculos para manifestação da **CONTRATANTE** nos autos, por e-mail, com prova de recebimento do destinatário, no primeiro dia do prazo:
- a) peças processuais imprescindíveis à diligência, tais como a sentença e o acórdão, caso não estejam disponíveis nos Softwares por algum impedimento técnico;
  - b) formulário em padrão fornecido pela **CONTRATANTE** preenchido em sua totalidade de acordo com a situação dos autos;
  - c) síntese do processo, no corpo do e-mail, contendo as informações principais e necessárias sobre questões processuais, estratégias de atuação e posicionamento da **CONTRATADA**, bem como: objeto da ação, data da citação, sentença informando, inclusive, o deferimento do desconto da fonte de custeio e reserva matemática; recursos interpostos; decisão de segunda instância e tribunais superiores; execução provisória ou definitiva; além de outros dados que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE** a respeito do processo;
- 2.2.17 na hipótese de ser cabível a impugnação aos cálculos apresentados no processo, a **CONTRATADA** deverá fundamentar a peça processual com os erros e o excesso de execução de forma clara, pontual e objetiva - não se limitando a repetir a avaliação interna apresentada por área técnica da **CONTRATANTE**, mas cuidando também em destacar os argumentos jurídicos e legais, de acordo com cada caso, visando afastar, inclusive, eventuais ilegalidades ou equívocos cometidos nos autos;
- 2.2.17.1 a rotina de atualização dos dados processuais nos Softwares e/ou quaisquer obrigações contidas no GPET não afasta a obrigação da **CONTRATADA** de comunicar ao Advogado Interno sobre os prazos judiciais, administrativos e arbitrais que necessitem de diligências internas pela **CONTRATANTE**;
- 2.2.18 informar, imediatamente, a expedição de ordem de bloqueio/penhora e eventual efetivação que venha a recair sobre bem (móvel ou imóvel) da **CONTRATANTE**, além de encaminhar o subsequente relatório do caso, verificando eventuais matérias para embargos à execução ou impugnação;
- 2.2.18.1 recaindo penhora sobre a conta bancária da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá:



- a) informar ao Advogado Interno e à Coordenação de Administração Jurídica (“**CADJUR**”) da **CONTRATANTE**, em 24h (vinte e quatro horas) a contar da ocorrência, encaminhando o comando judicial que determinou o bloqueio em conta, para que a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** possam estabelecer a melhor solução ao caso concreto; e
  - b) adotar a máxima cautela, atentando-se quanto à pertinência da penhora em face do histórico processual e ao prazo para a interposição de recursos cabíveis;
- 2.2.19 comunicar à **CONTRATANTE** quando não houver aceitação pela parte adversa, de bens móveis e imóveis indicados à penhora, para que seja providenciada a devida liberação; bem como a de implementação e reversão de tutelas ou de depósitos judiciais efetuados, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades pela inobservância do ato, tais como astreintes, multas e condenações por perdas e danos.
- 2.2.20 informar, imediatamente, o exaurimento das possibilidades de reversão da condenação em desfavor da **CONTRATANTE** e de revisão dos cálculos em execução, quando o processo estiver garantido por bens móveis ou imóveis, no intuito de evitar que sejam levados a leilão/prança;
- 2.2.21 caso haja interesse em realização de acordo, manifestado pela parte adversa em processo judicial, administrativo ou procedimento arbitral, a **CONTRATADA** deverá encaminhar eventual proposta para análise da **CONTRATANTE**, acompanhada de relatório, contendo as considerações pertinentes, e o parecer da **CONTRATADA** a respeito da viabilidade e riscos jurídicos, se existentes, do acordo;
- 2.2.22 observar, caso seja efetivado o acordo, as respectivas cláusulas contidas no instrumento firmado pelas Partes, especialmente quanto for contemplado o levantamento de depósito judicial ou recursal, diligenciando no respectivo levantamento e depósito na conta da **CONTRATANTE**, verificando os procedimentos internos, administrativos, para tal medida, tais como inserção das peças no Sistema de Gestão Jurídica
- 2.2.23 acompanhar os processos até o seu respectivo encerramento informando a **CONTRATANTE** sobre o arquivamento, tão logo ele ocorra adotando todas as diligências necessárias para o levantamento prévio dos depósitos judiciais e/ou recursais, desconstituição de penhoras, e cancelamento de ordens judiciais - inserindo



as respectivas informações e documentos no Sistema de Gestão Jurídica da Fundação e relatando a situação ao Advogado interno e à CADJUR;

- 2.2.23.1 na situação de alvará expedido em favor da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** encaminhará o documento judicial à **CONTRATANTE** em até 72 (setenta e duas) horas, observando os procedimentos estabelecidos pela CADJUR, para que essa possa realizar o levantamento.
- 2.2.23.2 a eventualidade da **CONTRATADA** levantar valores cuja favorecida seja a **CONTRATANTE**, essa solicitará à **CONTRATANTE**, imediatamente após o crédito na sua conta, a emissão de boleto bancário ou outro meio orientado pela CADJUR, apresentando na oportunidade o comprovante do recebimento do valor e o respectivo alvará.
- 2.2.23.3 na situação descrita no item 2.2.23.2, a **CONTRATADA** liquidará o boleto emitido pela **CONTRATANTE** até o dia do seu vencimento ou efetuará o pagamento na data estipulada pela **CONTRATANTE** caso seja oferecido outro meio de repasse do valor, apresentando, em ambos os casos, o comprovante bancário prontamente após a liquidação.
- 2.2.23.4 é vedado à **CONTRATADA** o levantamento e uso dos valores em proveito próprio, assim como o depósito direto em conta bancária que não tenha sido indicada pela **CONTRATANTE**, sendo que a inobservância dessa regra constitui falta grave, ensejando a retenção do pagamento da fatura correspondente e a incidência da multa prevista no item 9.4 da Cláusula Nona, e a rescisão contratual, a critério da **CONTRATANTE**;
- 2.2.23.5 na impossibilidade de liquidação do boleto bancário até a data de vencimento ou a transferência por outro meio no prazo indicado, a **CONTRATANTE** emitirá outro boleto bancário com novo prazo de vencimento, mediante apresentação e comprovação dos motivos da inviabilidade, com a devida atualização monetária e juros de mora, sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais, quando aplicáveis ao caso.
- 2.2.24 acompanhar, mensalmente, eventuais depósitos judiciais realizados pela parte adversa em decorrência de determinação judicial (tais como medidas liminares em ações de consignação em pagamento de parcelas referentes a empréstimos e financiamentos), e, na hipótese de atraso ou inadimplemento destes depósitos, diligenciar nos autos do



processo para que ocorra a cassação imediata do referido comando judicial - evidenciando o seu descumprimento em Juízo; e havendo o deferimento judicial, comunicar à **CONTRATANTE**, em até 24h (vinte e quatro horas), para retorno das cobranças;

- 2.2.25 ajuizar ações ou adotar procedimentos administrativos conforme solicitado pela **CONTRATANTE**, no prazo por ela estabelecido, e efetuar a comunicação ao Advogado Interno com cópia para a CADJUR em até 24h (vinte e quatro horas) a contar a distribuição;
- 2.2.26 adotar as medidas necessárias à imissão na posse de bens arrematados ou adjudicados pela **CONTRATANTE**;
- 2.2.27 utilizar adequada e corretamente os Softwares para o compartilhamento de dados processuais e administrativos com a **CONTRATANTE**, sendo vedada a transferência dos acessos - login e senhas - a terceiros;
- 2.2.28 indicar e orientar os seus profissionais que terão acesso e promoverão a atualização dos dados processuais e administrativos nos Softwares.
- 2.2.29 Para transição de carteira de processos, serão observados minimamente os seguintes pontos, não se limitando a estes:
  - 2.2.29.1 o Escritório recebedor promoverá a regularização e monitoramento dos Processos Recebidos, notadamente nos seguintes pontos, mas não se limitando a estes:
    - a) Regularizar a representação processual nos novos processos no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da base de dados das ações; e
    - b) Monitorar os prazos e diligências de todos os processos recebidos a partir da data em que a **CONTRATANTE** repassou as ações à **CONTRATADA**, acompanhando diligentemente cada etapa processual e mantendo a **CONTRATANTE** informada sobre o andamento e eventuais necessidades de intervenção.
  - 2.2.29.2 Obrigações do Escritório na Entrega da Carteira de Processos:
    - a) Monitorar obrigatoriamente as ações pelo prazo estipulado pela **CONTRATANTE** no momento da notificação da transição de carteira, cumprindo todos os prazos e



diligências nesse período, alimentando, inclusive, o sistema de gestão jurídica da Fundação;

- b) Cumprir, no período de transição, com todas as obrigações decorrentes do monitoramento processual;
- c) Devolver à Fundação todos os documentos e informações a que teve acesso decorrente do patrocínio das ações; e
- d) Facilitar o processo de transição, colaborando com a alteração da representação processual da carteira de ações.

2.2.30 alimentar o Sistema de Gestão Jurídica, inserindo as atualizações e prazos contados da diligência e/ou andamento processual e/ou administrativo correspondente, de forma a mantê-los aptos a disponibilizar informações completas e constantemente atualizadas à **CONTRATANTE**;

2.2.30.1 ocorrendo as hipóteses: **a)** de tutelas de urgência; **b)** diligências que tenham prazo de até 05 (cinco) dias para cumprimento; e **c)** trânsito em julgado e início da fase de execução; a **CONTRATADA** deverá comunicá-las à **CONTRATANTE**, direcionando o assunto ao Advogado Interno e à CADJUR, em até 24h (vinte e quatro horas) da publicação ou disponibilização da decisão; e inserir, no mesmo prazo, os dados nos Softwares;

2.2.30.2 efetivar depósitos e pagamentos das Despesas Processuais tempestivamente, solicitando os valores com até 6 (seis) dias úteis de antecedência à **CONTRATANTE**, mediante prévia solicitação, via Sistema de Gestão Jurídica da **CONTRATANTE** e por e-mail ao Advogado Interno, com cópia à CADJUR, informando na mesma ocasião, os dados exatos do processo, bem como a decisão judicial ou a sentença arbitral motivadora do numerário financeiro, sob pena de ter de assumir o ônus pelo pagamento destas despesas – ressalvado o direito de posterior ressarcimento pela **CONTRATANTE**;

2.2.30.2.1 os depósitos e pagamentos das Despesas Processuais que não puderem ser realizados diretamente pela **CONTRATANTE**, na forma prevista no GPET, poderão vir a ser realizados pela **CONTRATADA**, mediante prévia autorização da **CONTRATANTE**, ressalvado o direito de posterior reembolso à **CONTRATADA**;





2.2.30.3 as solicitações de numerários referentes aos casos com prazos judiciais/arbitrais menores que 06 (seis) dias úteis serão tratados pontualmente entre as Partes.

2.2.31 para reembolso de Despesas Processuais e Despesas Administrativas, encaminhar, quinzenal ou mensalmente, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do desembolso pela **CONTRATADA**:

- a) o relatório das Despesas Processuais que porventura tenha assumido - vinculando cada gasto ao processo que o motivou, bem como a justificativa correspondente e a autorização da **CONTRATANTE**;
- b) os dados dos processos respectivos (número de processo, código de dossiê, nome da parte, Tribunal em que tramita, Estado e outros);
- c) os comprovantes/recibos originais de cada Despesa atestada pela **CONTRATADA**; e
- d) mapa da cotação de passagens aéreas, quando aplicável;

2.2.31.1 na hipótese de não ser observado o procedimento previsto no item anterior, em qualquer aspecto - inclusive quanto ao prazo estabelecido para cobrança -, as Despesas dispendidas pela **CONTRATADA** não serão, para todos os efeitos, exigíveis da **CONTRATANTE**;

2.2.32 para **cobrança de honorários/remuneração mensal**, a **CONTRATADA** deverá encaminhar Nota Fiscal, nos moldes estabelecidos pela **CONTRATANTE** na Cláusula Quarta deste Contrato, no **prazo limite de até 20 (vinte) dias**, contados subsequentemente ao mês em que ocorreu a prestação de serviço objeto de cobrança, sob pena de não mais serem, para todos os efeitos, exigíveis da **CONTRATANTE**;

2.2.33 anualmente, e observando-se os prazos estabelecidos nos subitens 2.2.30 e 2.2.32 acima, a **CONTRATADA** deverá encaminhar todas as cobranças de reembolso das Despesas Processuais e Administrativas, bem como a cobrança dos seus honorários até o prazo limite do 15º (décimo quinto) dia útil do mês de dezembro, observando o fechamento do exercício financeiro correspondente, salvo casos pontuais;



- 2.2.34 em caso de pagamento indevido de cobrança de honorários/remuneração por serviços não prestados – inclusive quanto a processos já arquivados ou em instâncias superiores, sob o patrocínio de outra Sociedade -, **RESSARCIR** à **CONTRATANTE** o valor quantia cobrada, devidamente corrigida pelo INPC/IBGE conforme previsto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Contrato;
- 2.2.35 comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da ocorrência, e por escrito:
- a) eventual atraso ou paralisação dos serviços, bem como quaisquer anormalidades que verificar na execução destes, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela **CONTRATANTE**;
  - b) qualquer alteração no seu quadro de sócios; sua fusão, cisão, incorporação ou transformação para que a **CONTRATANTE** se manifeste previamente quanto ao interesse em manter o Contrato após as referidas mudanças;
  - c) alteração de localização de seu estabelecimento; números de telefone, endereços eletrônicos e demais meios utilizados para comunicação;
- 2.2.36 adaptar-se, às suas expensas, às mudanças dos requisitos tecnológicos ou de infraestrutura, quando houver impacto direto dos serviços objeto deste Contrato;
- 2.2.37 não se comprometer perante terceiros, dando o presente Contrato como garantia, ou, ainda, não compensar direitos de créditos decorrentes da execução dos serviços ora pactuados em operações bancárias e/ou financeiras;
- 2.2.38 zelar pelos bens e documentos cedidos pela **CONTRATANTE**, para o cumprimento deste Contrato, sendo vedada a sua reprodução, duplicação e armazenamento em meio eletrônico ou qualquer outro meio sem prévia autorização, por escrito, da **CONTRATANTE**;
- 2.2.39 assumir os ônus decorrentes de danos ou prejuízos causados ao banco de dados da **CONTRATANTE**, que tenha sido disponibilizado aos empregados e/ou prestadores de serviços da **CONTRATADA** para a presente prestação de serviços, ao patrimônio da **CONTRATANTE** ou a terceiros;



- 2.2.40 restituir todos os materiais que estiverem em seu poder, sem nenhuma exceção, incluindo resumos, cópias de documentos, mídias ou outra forma que possa conter informações consideradas sigilosas, mediante solicitação da **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, ou no término deste Contrato, independentemente de qual tenha sido a causa e de quem tenha provocado a rescisão;
- 2.2.41 prestar os serviços previstos neste Contrato em conformidade com as disposições estabelecidas pela Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) e nos termos do Anexo II ao presente instrumento, sob pena de aplicação de multa nos termos da Cláusula Nona;
- 2.2.42 atuar de maneira diligente e comprometida visando cumprir com excelência os indicadores de desempenho previstos neste Contrato e que poderão ensejar na aplicação das penalidades previstas na Cláusula Nona deste instrumento contratual.
- 2.2.43 Contratar, até o momento de assinatura do presente instrumento, Seguro de Responsabilidade Civil sob suas expensas para fazer frente à eventual necessidade de indenização Fundação em ocasionadas por possíveis falhas na prestação de serviços, com o valor da apólice de acordo com a tabela abaixo:

**COTENCIOSO:**

- Até 200 ações: seguro de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- De 201 a 500 ações: seguro de, no mínimo, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); e
- Acima de 500 ações: seguro de, no mínimo, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- 

**CONSULTIVO**

- Para a modalidade Consultivo, será necessária uma apólice mínima de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

- 2.2.44 No momento da assinatura do presente instrumento, caso a **CONTRATANTE** esteja credenciada apenas na modalidade **CONTENCIOSO**, necessitará apresentar apólice mínima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a qual deverá ter seu valor atualizado de acordo com a tabela acima, na medida em que a **CONTRATANTE** assumir novas ações e atingir os quantitativos determinados. Caso se credencie apenas para a



modalidade **CONSULTIVO** ou para ambas, necessitará apresentar, no momento da assinatura do presente instrumento, contratação de apólice no valor mínimo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 Além do disposto nos itens anteriores, cabe à **CONTRATADA** responsabilizar-se integral e exclusivamente:

- a) pelo objeto do presente Contrato - o que inclui, responsabilidade pelo acompanhamento seguro e eficaz dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais repassados pela **CONTRATANTE**, em conformidade com padrões de zelo e competência técnica, devendo, para tanto, valer-se da mão-de-obra e estrutura física adequadas;
- b) pelo ônus relativo às obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias pertinentes ao seu pessoal e subcontratados vinculados aos serviços objeto do presente Contrato, mantendo-se inteiramente em dia com o pagamento de tais obrigações, incluindo o pagamento integral dos salários e das remunerações do seu pessoal e de todos os encargos legais ou contratuais incidentes sobre tais valores;
- c) por todos os danos advindos do não cumprimento do Contrato ou da sua execução imperfeita, atrasada ou que acarrete erros nos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a **CONTRATANTE** tenha interesse; e/ou gere inconsistências, informações equivocadas ou danos aos Softwares - em decorrência de dolo, negligência, imprudência ou imperícia de profissionais ou daqueles que porventura tenham sido subcontratados pela **CONTRATADA**;
- d) pela infração de direito de uso dos Softwares, protegidos pela lei de marcas e patentes ou direitos autorais, correndo por sua conta o pagamento de royalties, taxas, comissões, indenizações e quaisquer outras despesas decorrentes da referida infração, inclusive judiciais;
- e) por valores e bens que lhe tenham sido confiados para o pagamento de despesas ou levantamento de quantias depositadas em Juízo, dentre outras razões;



- f) por zelar pela alimentação dos Softwares de forma adequada e tempestiva, nos termos deste Contrato;
- g) em caso de falha no sistema de Gestão Jurídica da Fundação, a **CONTRATADA** deve manter backup/controlado paralelo próprio dos processos sob sua responsabilidade, visando evitar perdas de prazo e eventuais prejuízos à FUNCEF;
- h) a **CONTRATADA** se obriga a proceder com todas as medidas necessárias para a adequada implementação de mecanismos de captação de publicação e gestão de prazos processuais, a fim de que sejam cumpridos a tempo e modo os comandos destinados à **CONTRATANTE**, independentemente da forma de citação ou intimação realizada pela autoridade competente (seja na esfera judicial, extrajudicial ou administrativa); e
- i) a **CONTRATADA** e os seus sócios se responsabilizam por si, seus advogados associados e advogados prestadores de serviços, obrigando-se a respeitar todos os dispositivos do Estatuto e do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como a cumprir o período de 02 (dois) anos, contados do encerramento da prestação de serviços, para então atuar em desfavor da **CONTRATANTE** permanecendo a vedação para utilizar informações fornecidas durante a consecução do presente Contrato.

3.1.1 Os sócios da **CONTRATADA**, nos termos do Contrato Social, serão integralmente responsabilizados por eventuais prejuízos que a **CONTRATADA** causar à **CONTRATANTE** pela inobservância do disposto no item 3.1 acima, salvo nos casos em que a **CONTRATANTE** tiver colaborado para o dano em razão da ausência do envio de informações indispensáveis à execução do trabalho ou da disponibilização de informações equivocadas, situações na quais a culpa será concorrente.

3.2 Na eventual hipótese da **CONTRATANTE** vir a ser acionada judicialmente em razão de atos a que a **CONTRATADA** der causa, por culpa, erro, descumprimento contratual, imperícia ou omissão, na esfera cível, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou relativos à perda de propriedade, multas, danos punitivos, morte, lesão causados a empregados ou terceiros, incluindo aqueles atos descritos na cláusula anterior, a **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter quaisquer pagamentos, que somente serão liberados a depender do resultado e com o trânsito em julgado da referida demanda. Independentemente da retenção do pagamento, nas hipóteses referidas nesta



cláusula, a **CONTRATADA** deverá ingressar na demanda, assumindo a responsabilidade integral pelo débito, pleiteando a exclusão da **CONTRATANTE**, arcando, ainda, com as despesas de advogado e custas processuais da **CONTRATANTE**.

- 3.3 A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as despesas necessárias para a execução dos serviços - excetuadas as Despesas Processuais e as Despesas Administrativas, conforme definidas no Glossário deste Contrato, bem como com os riscos técnicos e comerciais relacionados, e inclusive eventuais penalidades por culpa, erro ou omissão na prestação de serviços.
- 3.3.1 A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar terceiros para a execução dos serviços objeto do presente Contrato em situações excepcionais, nos termos deste Contrato, e com anuência expressa da **CONTRATANTE**, permanecendo responsável pelos serviços prestados pelos subcontratados, inclusive quanto a eventuais danos por eles ocasionados - nos termos das responsabilidades acima delineadas; e desde que estes terceiros também se obriguem a respeitar todas as cláusulas e condições do presente instrumento.
- 3.4 Havendo indício de ato lesivo à **CONTRATANTE** na condução dos processos judiciais/administrativos ou aos Softwares, esta dará início a procedimento interno para apuração de responsabilidades, nos moldes de sua Política de Consequências e de acordo com a legislação vigente<sup>1</sup>, inclusive para apuração de ilícitos civis, penais, e das perdas e danos<sup>2</sup> - direcionando o assunto ao Poder Judiciário e à Ordem dos Advogados do Brasil para as providências pertinentes em desfavor dos profissionais e das respectivas sociedades de advogados envolvidas.
- 3.5 A **CONTRATADA** se responsabilizará por eventuais perdas de prazos ou falhas que levem a resultados prejudiciais aos interesses da **CONTRATANTE**, hipótese que deverá arcar com o Valor da Condenação, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

---

<sup>1</sup> Lei Complementar 109/01, Artigo 63, Parágrafo Único: "São também responsáveis, na forma do caput, os administradores dos patrocinadores ou instituidores, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada".

<sup>2</sup> Código Civil Brasileiro, artigo 186: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."



- 3.5.1 Fica desde já a **CONTRATANTE** autorizada a incidir multa prevista na Cláusula Nona por perda de prazo ou falha cometida pela **CONTRATADA** que vier a ser identificada – ainda que o processo já tenha sido arquivado ou esteja em instâncias superiores, sob o patrocínio de outra Sociedade –, bem como a descontar o Valor da Condenação na(s) fatura(s) imediatamente posterior(es) ao trânsito em julgado da condenação ou emitir boleto específico para pagamento pela **CONTRATADA**, até o ressarcimento integral do valor que lhe é devido, sem prejuízo do ajuizamento da ação competente ou mesmo resilição do Contrato, a critério da **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, REEMBOLSO DE DESPESAS E FORMA DE PAGAMENTO**

- 4.1 Pelos serviços ajustados no item 1.1, Modalidade Contencioso, a **CONTRATANTE** obriga-se a pagar mensalmente a importância fixa de R\$ 67,16 (sessenta e sete reais e dezesseis centavos), por processo judicial ou administrativo.
- 4.2 Pelos serviços previstos no item 1.1, Modalidade Consultivo, a **CONTRATANTE** arcará com o pagamento no valor de R\$ 407,09 (quatrocentos e sete reais e nove centavos) por hora efetivamente trabalhada pela **CONTRATADA**.
- 4.2.1 A estimativa de horas para a execução da demanda deverá ser informada previamente pela **CONTRATADA**, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da solicitação do serviço.
- 4.2.2 A inobservância da prévia aprovação das horas estimadas poderá impedir que os serviços sejam executados pela **CONTRATADA**.
- 4.3 Poderá haver, ainda, em casos específicos e previamente acordado entre as partes, outras modalidades de pagamento que a prestação de serviços e sua complexidade exija ou mesmo que seja economicamente mais vantajosa para a FUNCEF.
- 4.3.1 Para esse pagamento específico e diferente dos descritos nos itens 4.1 e 4.2, será necessária aprovação da instância responsável, de acordo com a política de alçadas da Fundação.
- 4.4 Estão incluídos na remuneração ajustada todos os atos de defesa da **CONTRATANTE** até a última decisão no âmbito da seção judiciária especificada no objeto deste Contrato,



além dos gastos referentes à realização das atividades previstas neste Contrato, correspondentes à cópias reprográficas, correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), viagens, hospedagens, diárias (exceto as Despesas Administrativas quando se tratar de Processos Estratégicos, conforme disciplinadas no Glossário deste Contrato), despesas com mão-de-obra e respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, todos os tributos incidentes, inclusive ISS, decorrentes da contratação.

- 4.4.1 Quando os processos forem distribuídos na instância superior, os valores ajustados nesta Cláusula serão devidos ao escritório que conduza efetivamente a ação.
- 4.4.2 Os valores ajustados no presente instrumento serão pagos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, conforme prazos e procedimentos previstos a seguir:
  - 4.4.2.1 A **CONTRATADA** enviará à **CONTRATANTE** o relatório das ações em curso no 1.º (primeiro) dia útil de cada mês, subsequente à prestação de serviços ("Relatório"), salvo para o mês de dezembro.
  - 4.4.2.2 Após o recebimento do Relatório das ações em curso, a **CONTRATANTE** realizará a conferência das informações, cuja Nota Fiscal correspondente somente será emitida pela **CONTRATADA** após a validação do Relatório pela **CONTRATANTE** e conseguinte autorização, à **CONTRATADA**, para apresentação do documento fiscal.
  - 4.4.2.3 A contar do recebimento da Nota Fiscal, a **CONTRATANTE** realizará o pagamento à **CONTRATADA** no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
  - 4.4.2.4 À **CONTRATANTE** não será imputada inadimplência contratual até que as informações do aludido Relatório sejam devidamente validadas pela própria **CONTRATANTE**.
  - 4.4.2.5 A **CONTRATADA** emitirá a Nota Fiscal considerando o quantitativo de ações e/ou horas apurado e validado pela **CONTRATANTE**.
- 4.4.3 Nenhum pagamento relativo aos honorários decorrentes dos serviços prestados será devido à **CONTRATADA** enquanto pendente o atendimento de advertência entregue pela **CONTRATANTE** relativa a eventual inadimplência contratual da **CONTRATADA**, sem que isso gere à **CONTRATANTE** o pagamento de qualquer penalidade por atraso de pagamento ou de correção de valores.





- 4.4 A **CONTRATANTE** reembolsará à **CONTRATADA**, mediante prestação de contas, as Despesas Processuais e Administrativas referentes à realização das atividades previstas neste Contrato, nos termos definido no Glossário deste Contrato.
- 4.4.1 Os valores devidos a título Despesas Processuais serão adiantados pela **CONTRATANTE**, mediante prévia solicitação da **CONTRATADA** por e-mail, com, no mínimo, 06 (seis) dias úteis de antecedência, observadas as disposições contidas no GPET.
- 4.4.2 Havendo adiantamento de valores por parte da **CONTRATADA**, bem como eventual pagamento de Despesas Processuais ou Administrativas, nos termos definidos no Glossário deste Contrato, a **CONTRATANTE** efetuará o reembolso dos valores, observados os prazos estabelecidos no item 2.2.31.
- 4.4.3 Os relatórios das Despesas Processuais e Administrativas devem ser encaminhados à **CONTRATANTE**, quinzenal ou mensalmente, observadas as disposições contidas no GPET.
- 4.5 Havendo atraso na apresentação dos relatórios e recibos, a data de pagamento poderá ser prorrogada.
- 4.6 Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente a ser mantida pela Sociedade Contratada junto à Patrocinadora (CAIXA), preferencialmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente realizados/efetivados, nos termos estabelecidos no Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

- 5.1 Fica desde já estabelecido que os honorários de sucumbência a serem fixados em decisão transitada julgado ou fixados em decorrência de composição de acordo, serão destinados à **CONTRATADA** e aos Advogados Internos da **CONTRATANTE**, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada.
- 5.2 A parte dos honorários devida aos Advogados Internos da **CONTRATANTE** deverá ser depositada, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento pela **CONTRATADA**, na Agência. 2458, Conta Corrente 555-0, Operação 003, Caixa Econômica Federal, titulada Associação dos Advogados da Fundação dos Economistas Federais – ADAFUNCEF,



entidade encarregada da distribuição daquelas verbas, conforme estabelecido em seu Estatuto, devendo a **CONTRATADA** comunicar, de imediato, à Gerência Jurídica da **CONTRATANTE** a ocorrência do depósito realizado.

- 5.3 Em caso de honorários de sucumbência decorrentes de processos iniciados por outros profissionais terceirizados, cujas demandas sejam sucedidas por uma outra sociedade de advogados, estabelece-se, desde já, que os 50% devidos à **CONTRATADA**) será dividido entre as sociedades (sucedida(s) e sucessora) quando da realização do pagamento dos valores arbitrados ou acordados, se for devido, prestigiando-se a atuação de cada uma durante a vigência de cada um dos processos.
- 5.3.1 A regra de proporcionalidade referente aos 50% da **CONTRATADA**, considerará a proporcionalidade dos dias trabalhados pelas sociedades de advogados que conduziram o processo, considerando a data do ajuizamento da ação judicial e a data efetiva da liberação dos valores, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução/cumprimento de sentença.
- 5.4 Para fins de aplicação da regra contida no item 5.3 acima, a **CONTRATADA** se obriga a entregar, em até 30 (trinta) dias da assinatura do presente instrumento, um relatório contendo todos os processos judiciais assumidos já em trâmite no poder judiciário que possam ser objeto de arbitramento de honorários sucumbenciais.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

- 6.1 Os tributos e as obrigações tributárias, que decorram direta ou indiretamente deste Contrato ou de sua execução, incluindo eventuais e subseqüentes majorações de alíquotas ou incidência de novos tributos ou contribuições, serão de responsabilidade do contribuinte assim definido na legislação, sem direito a reembolso. A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

- 7.1 O presente Contrato vigorará pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de assinatura, permitida a prorrogação por período igual e sucessivo, mediante termo aditivo e desde que seja do interesse das Partes.



- 7.2 Os valores pactuados na Cláusula Quarta deste instrumento poderão ser revistos anualmente pela área responsável pela gestão dos contratos da **CONTRATANTE**, no mês do aniversário do Contrato.

## CLÁUSULA OITAVA - DA CONFIDENCIALIDADE

- 8.1 Em face dos objetivos deste Contrato e da natureza da atividade da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA**, por si, sócios, prepostos, advogados associados, prestadores de serviço, colaboradores e funcionários, obriga-se a não revelar, usar, ou colocar à disposição informações confiadas ou dados obtidos em razão da prestação de serviços, sob pena de ressarcimento dos prejuízos a que der causa, respondendo, ainda, civil e/ou criminalmente pela eventual quebra de sigilo.
- 8.2 Não obstante a rescisão ou término deste Contrato, as obrigações de confidencialidade e de não divulgação de informações, determinadas neste instrumento, deverão subsistir por tempo indeterminado, sem considerar a extensão ou duração da relação de negócios entre as Partes.
- 8.3 Em consonância com a política de transparência da **CONTRATANTE** que visa permitir aos seus participantes e assistidos o acesso às informações das suas ações, a **CONTRATADA**, desde já, autoriza a **CONTRATANTE** a divulgar em seu portal o extrato do presente Contrato, exceto se protegido por lei, por acordo de confidencialidade ou por ordem judicial.

## CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 9.1 Na hipótese de a **CONTRATADA** não cumprir total ou parcialmente, quaisquer das obrigações a ela atribuídas em virtude do presente Contrato, ficará sujeita às seguintes sanções, a serem aplicadas conforme as disposições desta Cláusula Nona:
- a) **Multa;**
  - b) **Rescisão contratual; e**
  - c) **Negativação na CONTRATANTE.**
- 9.1.1 Para os casos em que a **CONTRATADA** informar intempestivamente ou de forma equivocada o encerramento do processo no tribunal, prejudicando o encerramento



administrativo no Sistema de Gestão Jurídica, aplicar-se-á multa correspondente a 20% do valor da remuneração que a **CONTRATADA** faria jus (ou efetivamente tenha recebido) pela atuação no processo encerrado e não comunicado, no mês de ocorrência do fato, devendo a multa ser aplicada por processo cuja negligência for identificada, além do ressarcimento integral do valor pago indevidamente pela **CONTRATANTE**, corrigido pelo INPC/IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

- 9.1.2 Caso a **CONTRATANTE** venha a sofrer alguma revelia por culpa exclusiva da **CONTRATADA** aplicar-se-á multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre a remuneração que a **CONTRATADA** faria jus (ou efetivamente tenha recebido) no mês de ocorrência do fato, devendo a multa ser aplicada por inadimplemento, limitado ao percentual de 50% (cinquenta por cento), sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.
- 9.1.3 Caso a **CONTRATADA** efetue levantamento de valores da **CONTRATANTE** e não realize o repasse a tempo e modo estabelecido neste Contrato, incidirá sobre os valores levantados a serem transferidos à **CONTRATANTE**: (i) atualização monetária pelo INPC, ou outro índice que o substitua, a partir da data do levantamento; (ii) juros de 1% de a.m. (um por cento ao mês), *pro rata temporis*, a partir da data do levantamento; (iii) aplicação de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o montante atualizado e acrescido dos juros de mora, sem prejuízo da adoção de medidas na esfera administrativa, cível e penal em desfavor da **CONTRADA**.
- 9.1.4 Caso a **CONTRATADA** cometa outros erros diferentes dos descritos nos itens acima ou não atenda os indicadores de desempenho, conforme Regras de Aferição estabelecidas na Cláusula Décima Quinta, aplicar-se-á multa no percentual total de 10% (dez por cento) sobre a remuneração que a **CONTRATADA** faria jus (ou efetivamente tenha recebido) no mês de ocorrência do fato.
- 9.1.5 Em qualquer das hipóteses previstas nos itens anteriores ou em qualquer situação na qual a **CONTRATANTE** venha a sofrer prejuízo a **CONTRATADA** será obrigada a ressarcir o dano causado.
- 9.1.6 A penalidade de rescisão em caso de descumprimento de cláusula contratual, nos termos da Cláusula Décima, poderá ser aplicada em conjunto com a negativação



**CONTRATANTE** e as multas previstas nos itens acima, além do ressarcimento integral das perdas e danos.

- 9.1.7 Em caso de resolução contratual por inadimplemento da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá, a seu exclusivo critério, aplicar a penalidade de Negativação na **CONTRATANTE**, a qual implicará em i) registro de negativação em sistema interno da **CONTRATANTE**, impossibilitando, inclusive de ser contratada nos termos da política interna da **CONTRATANTE**; e, ii) impossibilidade de emissão pela **CONTRATANTE** de Atestado de Capacidade Técnica em favor da **CONTRATADA**, caso esta precise do documento para participar de licitação ou processo seletivo para empresa privada ou Órgão da Administração Pública.
- 9.2 Em havendo atraso, pela **CONTRATANTE**, no pagamento dos honorários correspondentes aos serviços contratados, incidirá, sobre o valor em atraso, multa contratual de 2% (dois por cento), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* - contada da data em que ocorreu o vencimento da obrigação até o efetivo cumprimento da obrigação.
- 9.2.1 Fica estabelecido que a penalidade prevista no item supra não será devida pela **CONTRATANTE**, caso o não pagamento dos valores na data aprazada for resultante de falta ou descumprimento das obrigações da **CONTRATADA** previstas neste Contrato, inclusive a não apresentação da nota fiscal/recibo ou apresentação deste com erro em seu preenchimento.
- 9.3 As multas aplicadas serão cobradas mediante boleto bancário a ser pago em 5 (cinco) dias úteis, ou será descontada da fatura apresentada pela **CONTRATADA**, a critério da **CONTRATANTE**.
- 9.4 Caso o prejuízo exceda o valor devido e passível de retenção, a parte prejudicada poderá exigir indenização suplementar, desde que comprovado.
- 9.4.1 As penalidades estipuladas nesta Cláusula não excluem quaisquer outras previstas em Lei ou no Contrato, nem a integral responsabilidade da **CONTRATADA** ou **CONTRATANTE** por indenizações, decorrentes do inadimplemento de qualquer cláusula ou condição do Contrato.



## CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1 São hipóteses de rescisão do Contrato:
- 10.1.1 qualquer das Partes poderá rescindir o presente Contrato, sem a aplicação de penalidades ou multas, mediante aviso prévio à outra Parte, de, no mínimo, 30 (trinta) dias, por escrito e com prova de recebimento - ocasião em que deverão ser apurados os valores devidos, a pagar ou a restituir, proporcionalmente ao serviço executado e ao tempo do Contrato.
- 10.1.1.1 Durante o aviso prévio, todos os direitos e obrigações deste Contrato permanecerão em pleno vigor;
- 10.1.2 em caso de ocorrência de falta grave, cometimento reiterado de faltas, nos termos previstos neste Contrato ou no GPET, ou havendo inadimplemento que resulte em prejuízo à outra Parte ou a terceiros, a Parte Prejudicada poderá resolvê-lo, unilateralmente, mediante o simples envio de notificação extrajudicial de uma Parte à outra com prova de recebimento - sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas no Contrato e ressarcimento das perdas e danos à Parte lesada, nos termos da lei e do instrumento contratual.
- 10.1.2.1 Caso a **CONTRATADA**: **a)** não efetue os recolhimentos fiscais, trabalhistas e previdenciários referentes aos salários dos profissionais fornecidos à **CONTRATANTE**; **b)** descumpra obrigações estipuladas neste Contrato; **c)** suspenda suas atividades por qualquer período de tempo; e/ou **d)** altere ou modifique suas finalidades constitutivas ou sua estrutura - de modo que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do Contrato - ficará sujeita ao pagamento das penalidades previstas na Cláusula Nona, além da reposição de eventuais perdas e danos causados à **CONTRATANTE** para término ou complementação dos serviços, sendo lícita a retenção, pela **CONTRATANTE**, do pagamento de quaisquer importâncias devidas à **CONTRATADA**.
- 10.1.3 além de outras hipóteses expressamente previstas neste instrumento e em lei, constituem motivos para a resolução do presente Contrato, sem a aplicação de penalidades e independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:



- a) a superveniência de regramento legal imperativo ou circunstância insuperável que prejudique a execução do presente Contrato; e
- b) estado de insolvência civil nos termos do artigo 955 da Lei 10.406/2002; ou dissolução da sociedade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES**

- 11.1 Em nenhuma hipótese, os serviços objeto do presente instrumento ensejarão em interpretação de existência de quaisquer vínculos ou relacionamentos laborais entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**, pelo que esta última assume completa responsabilidade por toda e qualquer despesa ou encargo relacionado a seu pessoal, exonerando totalmente àquela, inclusive de imediato, ressarcindo-lhe as despesas em que vier a incorrer, incluindo despesas processuais e honorários advocatícios, se for para tanto compelida por órgão ou repartição pública, Juízo ou Tribunal ou mesmo por autoridade legitimamente constituída, em virtude de ajuizamento de medida relativa aos empregados, prepostos e/ou assemelhados da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO**

- 12.1 Fica vedada a cessão total ou parcial do presente Contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da **CONTRATANTE**.
- 12.2 Não serão interpretadas como cessão, estando assim permitidas, desde que não prejudiquem a execução do Contrato, as operações de reorganização societária envolvendo quaisquer das Partes, bem como atos que impliquem na alteração de controle societário - observando-se as obrigações dispostas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NOVAÇÃO**

- 13.1 Qualquer comportamento das Partes distinto das condições e dos prazos previstos neste Contrato, desde que ambos estejam plenamente de acordo, será entendido como mera tolerância e não importará em novação ao estipulado no presente instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

- 14.1 A **CONTRATADA** deverá observar, em suas ações e relações com a **CONTRATANTE** e agentes com quem se relaciona, os princípios, parâmetros e as diretrizes de



Responsabilidade Socioambiental, mediante a promoção de práticas ambientais e socialmente responsáveis, visando minimizar os riscos ao meio ambiente e contribuir para uma sociedade mais justa, sustentável e economicamente viável.

14.2 Para tanto, a **CONTRATADA** compromete-se a:

- a) contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável brasileiro, observados os princípios da prevenção e mitigação de impactos ambientais; do uso responsável de recursos naturais; da proteção dos direitos dos trabalhadores; da proteção dos direitos humanos e saúde; do respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais; da proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, paisagístico e arqueológico nacionais;
- b) respeitar o meio ambiente e contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade, evitando quaisquer práticas que possam lhes causar danos;
- c) executar as suas atividades em estrita observância às normas ambientais legais e regulamentares, federais, estaduais ou municipais, aplicáveis ao caso;
- d) não financiar projetos que causem danos sociais e ao meio ambiente e/ou infrinjam a legislação ambiental;
- e) desempenhar suas atividades mediante o consumo sustentável de recursos naturais;
- f) monitorar suas atividades de forma a identificar e mitigar impactos socioambientais;
- g) manter a **CONTRATANTE** indene na hipótese de esta vir a responder, perante quaisquer terceiros, inclusive às autoridades públicas, por eventuais danos ambientais causados pela **CONTRATADA** durante a execução deste instrumento;
- h) cumprir as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, em relação ao pessoal contratado, visando proteger a integridade física e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho;





- i) não contratar ou permitir que seus subcontratados contratem mão de obra menor de 18 (dezoito) anos para realizar trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres;
- j) respeitar o direito de livre associação e negociação coletiva de seus empregados;
- k) respeitar e promover a diversidade, abstendo-se de todas as formas de preconceito e discriminação, de modo que nenhum empregado ou potencial empregado receba tratamento discriminatório em função de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação;
- l) apoiar a erradicação da exploração sexual, assim como coibir o assédio sexual e moral em sua força de trabalho;
- m) adotar medidas de combate à prática de lavagem de dinheiro e à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina;
- n) adotar conduta justa e ética, respeitando os princípios estabelecidos no Código de Conduta e Ética da **CONTRATANTE**; e
- o) não contratar ou realizar parcerias, sob nenhum pretexto, com empresas que não estejam comprometidas em respeitar os princípios, parâmetros e as diretrizes de Responsabilidade Socioambiental.

14.3 A **CONTRATADA** declara que:

- a) suas atividades estão regulares sob o ponto de vista social e ambiental e se compromete a assim mantê-las durante a vigência do presente instrumento;
- b) possui todas as licenças ambientais em vigor (estadual e municipal) e não está condenada em ação judicial e/ou administrativa por infração à legislação ambiental;
- c) não incentiva a exploração sexual e nenhum tipo de discriminação social, racial, religiosa ou de gênero;
- d) não possui nem incentiva a mão de obra em condições análoga à de escravo; e



- e) não possui nem incentiva o emprego de trabalho infantil em quaisquer atividades.
- 14.4 Em caso de violação aos princípios, parâmetros e diretrizes de Responsabilidade Socioambiental mencionados nesta cláusula, configurada mediante a constatação da existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos pela **CONTRATADA** ou por seus dirigentes, que importem em discriminação, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, crime contra o meio ambiente ou corrupção, poderá a **CONTRATANTE** rescindir imediatamente este instrumento, independentemente do encaminhamento de qualquer notificação, momento em que serão pagos todos os valores devidos de uma Parte à outra até a data da rescisão, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos que vierem a ser apurados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

- 15.1 A **CONTRATANTE**, no intuito de prezar pela qualidade dos serviços prestados, avaliará trimestralmente a **CONTRATADA**, mediante indicadores de desempenho, deste Contrato.
- 15.2 A avaliação será composta por 04 (quatro) indicadores, sendo 03 (três) de natureza operacional e 01 (um) de natureza qualitativa.
- 15.2.1 Os indicadores de Natureza Operacional são os seguintes:
- a) alimentação de informações no Sistema de Gestão Jurídica sobre a situação processual e com a inclusão dos respectivos documentos;
  - b) alimentação de informações financeiras no Sistema de Gestão Jurídica;
  - c) inserção da informação referente à execução nos processos que se encontrem nessa situação.
- 15.2.1.1 Serão consideradas para fins de análise e cumprimento dos indicadores acima as atualizações realizadas nos últimos 30 dias no Sistema de Gestão Jurídica;
- 15.2.1.2 Os processos que não tiverem movimentação processual no período apurado também deverão ser alimentados com a informação *in status quo ante* (por exemplo: o processo permanece concluso para despacho desde xx/xx/xx).



15.2.2 O indicador de natureza Qualitativa compreende a avaliação da **CONTRATADA**, a ser realizado pela COTEN, COPRE e/ou COPRA por meio de planilha, e critérios específicos de cada coordenação.

15.2.2.1 A **CONTRATANTE** por meio de suas Coordenações, informará os indicadores qualitativos através de mensagem eletrônica enviada para o endereço de e-mail dos sócios da CONTRATADA ou qualquer outra forma de comunicação eletrônica previamente acordada entre as partes, em até 30 (trinta) dias da assinatura do presente contrato, detalhando na mesma oportunidade os critérios que serão observados para avaliação.

15.2.2.2 As partes concordam que os indicadores de desempenho, metas e quaisquer outros parâmetros operacionais e/ou qualitativos utilizados para a avaliação do cumprimento do presente contrato poderão ser alterados unilateralmente pela Contratada, desde que a nova versão dos indicadores seja comunicada à Contratante com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DECLARAÇÕES**

16.1 Qualquer aviso ou comunicação de uma Parte à outra a respeito do presente instrumento deverá ser feita por escrito e poderá ser entregue ou enviada por correio registrado (AR), meio eletrônico (e-mail), seguido de resposta com indicação do conteúdo do texto recebido, devendo ser encaminhada à coordenação responsável para fins jurídicos (COTEN, COPRE, COPRA e/ou COAJUR) sempre com cópia para CADJUR:

**a) Pela CONTRATANTE:**

**i) Para fins administrativos:**

E-mail: [cadjur@funcef.com.br](mailto:cadjur@funcef.com.br)

Telefone: (61) 3329-2428

**ii) Para fins jurídicos (observada a coordenação responsável pelo processo):**

**COTEN:**



E-mail: [coten@funcef.com.br](mailto:coten@funcef.com.br)

Telefone: (61) 3329-2468

**COAJUR:**

E-mail: [coajur@funcef.com.br](mailto:coajur@funcef.com.br)

Telefone: (61) 3329-2470

**COPRE:**

E-mail: [copre@funcef.com.br](mailto:copre@funcef.com.br)

Telefone: (61) 3329-1711

**COPRA:**

E-mail: [copra@funcef.com.br](mailto:copra@funcef.com.br)

Telefone: (61) 3329-1963

**j) Pela CONTRATADA:**

Nome do Responsável pelo Contrato: xxxxxxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxxxxxx

E-mail: xxxxxxxxx

Telefone: xxxxxxxxxxxx

- 16.2 Este Contrato substitui todos e quaisquer entendimentos anteriores, contratos, acordos e representações verbais ou escritas. Caso qualquer disposição do presente Contrato que venha a ser considerada nula, inválida ou inexecutável, tal decisão não afetará a validade das disposições remanescentes que continuarão a vigorar e a produzir efeitos



como se a disposição invalidada jamais tivesse constado do presente, desde sua celebração.

- 16.3 Qualquer comportamento das Partes distinto das condições e dos prazos previstos neste Contrato será havido como mera tolerância e não importará em novação ao estipulado.
- 16.4 O presente Contrato somente poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, por meio de Termo Aditivo firmado por ambas as Partes.
- 16.5 Não serão interpretadas como cessão, estando assim permitidas, desde que não prejudiquem a execução do Contrato, as operações de reorganização societária envolvendo quaisquer das Partes, bem como atos que impliquem na alteração de controle societário - observando-se as obrigações dispostas neste Contrato.
- 16.6 Constitui caso fortuito ou de força maior, para justificativa de falta ou atraso cometido por qualquer uma ou ambas as Partes contratantes, aos termos do presente instrumento, os fatos sobre os quais não possa exercer controle, nos termos do Art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que tais eventos afetem diretamente os serviços contratados.
- 16.7 As Partes contratantes são independentes, não havendo entre ambas qualquer vínculo associativo, empregatício, de representação, de parceria ou similar.
- 16.8 Este Contrato não importa em responsabilidade solidária ou subordinação entre as Partes, que continuam independentes, sujeitando-se apenas ao pactuado neste instrumento.
- 16.9 **A CONTRATADA:**
- a) declara que se familiarizou com os requisitos para a realização dos serviços objeto deste Contrato, incluindo, mas não se limitando a, todas as condições que poderão afetar os custos operacionais, os prazos e a realização dos serviços, tecnologia, impostos e condições de trabalho, ou seja, todas as informações necessárias para o adequado desempenho dos serviços - não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente



- b) obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação.

16.10 As **PARTES** declaram que:

- a) a presente contratação não é vedada pelo artigo 71 da Lei Complementar n.º 109, de 29/05/2001 e, se, a qualquer momento, tal condição vier a se implementar, esse Contrato ficará resolvido de pleno direito;
- b) compreendem o disposto no artigo 63, parágrafo único da Lei Complementar, no que se refere à responsabilidade civil pelos danos e prejuízos causados às entidades fechadas de previdência complementar, caso aplicável; e
- c) este Contrato é firmado nos limites de sua função social, estando expressamente resguardados os princípios da lealdade e da boa-fé; e que o consentimento quanto suas cláusulas e condições não caracterizam, de nenhum modo, lesão a direitos, afastando-se a aplicação do Artigo 157 do Código Civil.

16.11 A **CONTRATADA** declara neste ato que está ciente, conhece e entende os termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas regras.

16.12 A **CONTRATADA**, por si e por seus administradores, diretores, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis. Na execução deste Contrato, nem a **CONTRATADA** nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer servidor público, autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as regras da Lei Anticorrupção;



- 16.13 Para os fins da presente cláusula, a **CONTRATADA** declara neste ato que: **a)** não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; **b)** já tem implementado ou se obriga a implementar durante a vigência deste Contrato um programa de conformidade e treinamento razoavelmente eficaz na prevenção e detecção de violações das regras da Lei Anticorrupção e dos requisitos estabelecidos nesta cláusula; e **c)** tem ciência que qualquer atividade que viole as regras da Lei Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação.
- 16.14 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e/ou futuras regulamentações pela **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação, momento em que serão pagos todos os valores devidos de uma Parte à outra até a data da rescisão, além de perdas e danos que vierem a ser apurados.
- 16.15 A **CONTRATADA** declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de sócios cônjuges, companheiros, pais madrasta, padrasto, filhos, enteados ou irmãos de empregados, inclusive detentores de cargos estratégicos, na **CONTRATANTE** ou detentores de cargos estratégicos na Patrocinadora CAIXA, reconhecendo que o descumprimento do disposto neste item acarretará na aplicação das penalidades previstas na legislação criminal, especificamente no crime de falsidade ideológica prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como na rescisão do presente Contrato, com devolução integral dos valores já pagos pela **CONTRATANTE**
- 16.16 A **CONTRATADA** tem ciência e manifesta concordância com a divulgação das informações, contidas no presente Contrato, no Portal da Transparência da **CONTRATANTE**.
- 16.17 A **CONTRATADA** declara que acessou os seguintes documentos e normas internas da **CONTRATANTE**: **(i)** o Código de Conduta e Ética<sup>3</sup>; **(ii)** o Aviso de Privacidade<sup>4</sup>; **(iii)** a Política de Transações entre Partes Relacionadas<sup>5</sup>; **(iv)** a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo<sup>6</sup>; e **(v)** a Política de Integridade<sup>7</sup>;

<sup>3</sup> <https://www.funcef.com.br/portal/menu-inferior/quem-somos.htm>

<sup>4</sup> <https://www.funcef.com.br/data/pages/8A8A80EB6FEDAEF10170172B6C701165.htm>

<sup>5</sup> <https://www.funcef.com.br/portal/menu-inferior/quem-somos.htm>

<sup>6</sup> <https://www.funcef.com.br/portal/menu-inferior/quem-somos.htm>

<sup>7</sup> <https://www.funcef.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A80EB89DBB12B0189DBEA54E71D8E&inline=1>



leu e compreendeu todos os seus termos e compromete-se com os valores e regras neles contidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO**

17.1 As Partes elegem o Foro da Justiça Comum de Brasília/DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões emergentes deste instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, tendo lido e compreendido todos os termos deste instrumento e por estarem acordadas, as Partes reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos, digitais e informáticos como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo art.10 da Medida Provisória n.º 2.200-2/2001, em vigor no Brasil, sendo cada Parte responsável pela indicação dos respectivos signatários, declarando, ainda, que os mesmos possuem poderes de representação.

Ficam desde já dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das Partes for conferida por provedor de assinaturas, nos termos do art. 784, §4.º do Novo Código de Processo Civil, incluído por meio da publicação da Lei n.º 14.620/2023.

As Partes estabelecem que será considerada como a data de assinatura do presente instrumento, a data de assinatura da última Parte que o firmar.

Brasília/DF, [data da última assinatura].

**Pela FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF:**

---

---





Pelo XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX:

---

**ANEXOS:**

- I. Glossário;
- II. Disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- III. Regras para o Credenciamento de Escritórios de Advocacia
- IV. Requerimento de Pré-Qualificação.